

Governo tira o garimpo das florestas nacionais

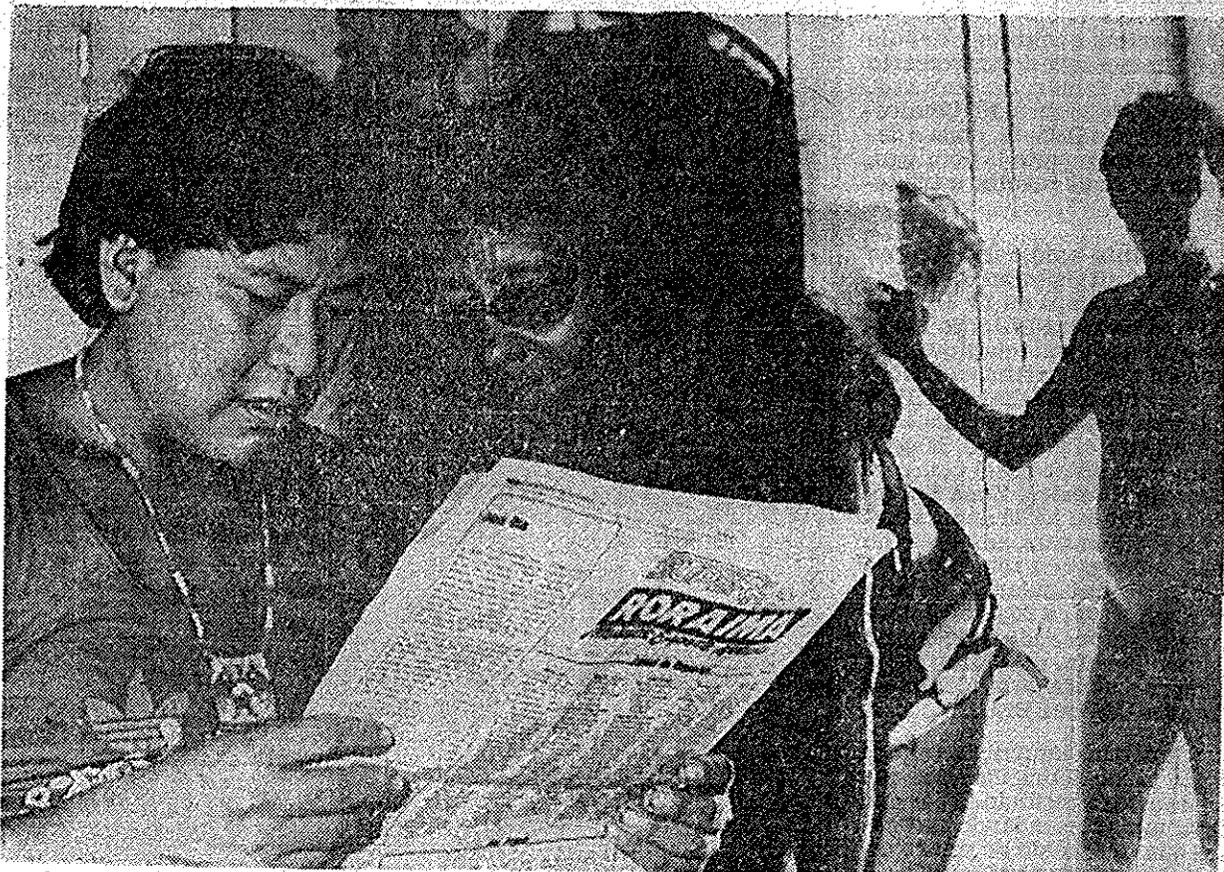
A área escolhida para os garimpeiros fica fora da reserva e da floresta nacional

BRASÍLIA — O governo federal, pelo menos temporariamente, desistiu da idéia de transferir para a floresta nacional de Roraima os milhares de garimpeiros que ocupam as terras dos índios ianomamis. Das três áreas escolhidas para reassentar os garimpeiros — Catrimani, Uraricoera/Santa Isabel e Uraricaá/Santa Rosa — apenas a última será transformada em reserva garimpeira. Santa Rosa fica fora da floresta nacional, e com essa decisão o governo não desobedece a liminar da 7ª Vara da Justiça Federal, de 20 de outubro, que determinou a retirada dos garimpos do território ianomami e da floresta nacional, num total de 9,4 milhões de hectares.

O grupo técnico formado pelo Ministério da Justiça, Funai, DNPM e Ibama deve terminar hoje a redação da exposição de motivos ao ministro Saulo Ramos criando a reserva garimpeira de Uraricaá-Santa Rosa com 100 mil hectares. Foram excluídos os 17.880 hectares que ficavam dentro da floresta nacional. A exposição será encaminhada ao presidente José Sarney que a transformará em decreto, informou ontem Ovídio Martins de Araújo, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e representante do Ministério da Justiça no grupo técnico.

Uraricaá — Santa Rosa está localizada ao norte de Roraima, a cinco dias de Boa Vista, via fluvial. Dois mil homens já praticam o garimpo de barranco e balsa na região — 130 balsas estão operando atualmente. A produção anual é de cem quilos de ouro. O ministro Saulo Ramos conversou com o presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, dando-lhe garantias de que os garimpeiros que serão reassentados no local não depredarão o meio ambiente. O Ministério da Justiça informou ontem que cerca de 18 mil garimpeiros já deixaram espontaneamente as áreas indígenas. Cinco mil deles estariam indo para garimpos no Pará.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, defendeu ontem o procurador Eugênio Aragão, que pediu a prisão do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, por descumprimento da liminar que obrigava a retirada dos garimpeiros. Alvarenga afirmou que decisão judicial é coisa séria, que se cumpre ou se pune quem não cumpriu e reagiu às afirmações do ministro da Justiça, Saulo Ramos, que classificou Aragão de "xiita". "Se o ministro o conhecesse como eu, veria que a adjetivação emprestada de religiões não se adapta ao doutor Eugênio, um dos homens mais sérios do Ministério Público", afirmou.



Kopenawa, líder ianomami: medo de que o governo entregue terras indígenas às mineradoras

Operação deixa líder apreensivo

DEMINI — O líder ianomami Davi Kopenawa, ganhador do Prêmio Global 500 das Nações Unidas, acompanha apreensivo de sua maloca, na região do Demini, fronteira com o Amazonas e do desenrolar da Operação Canaima. Davi imagina que, mesmo que os garimpeiros sejam retirados, o governo federal deverá promover a reentrada em terras indígenas de grandes mineradoras. "Mineradora é pior: usa trator, máquina", disse ele.

A solução ideal para ele seria reunir os representantes da União das Nações Indígenas (UNI), as lideranças indígenas do Brasil inteiro — "que sabem falar português, para não ser enganado" — os garimpeiros e o governo. "Garimpeiro que é

bom não fica em terra de índio", definiu Kopenawa.

A maloca de Davi ainda desfruta de uma situação privilegiada. Cercada de serras e de floresta densa, seus habitantes guardam a lembrança do contato com o homem branco na Perimetral Norte, estrada aberta pelos governos militares, e hoje apenas uma picada. A floresta avançou e deverá riscá-la do mapa em breve. Entre a maloca e o posto da Funai, caminha-se cerca de três quilômetros. O igarapé da região não está poluído e a caça é abundante. Kopenawa voltou no domingo, após uma semana na selva, trazendo uma enorme quantidade de peixe surubim. Ontem de manhã, a festa, que durou a noite toda, estava terminando. A

maioria dos 86 índios que vivem ali sé baixa como os outros "parentes" ianomamis, mas diferentes dos do Paapiú — o principal local de pouso dos aviões de garimpo, onde a Polícia Federal instalará um posto amanhã. Eles são fortes e corados.

Kopenawa nunca permitiu que garimpeiros se instalassem ali. Há dois anos, contou orgulhoso, seguiu na pista do Demini o avião do garimpeiro conhecido como Zeça Diabo. O avião retornou sem ele, e Davi escondeu seus mantimentos e o prendeu na maloca por três dias. A exploração garimpeira mais próxima atualmente, apontou ele, está a meia hora de voo, na cabeceira do Rio Ananáliau. Outra turma está pesquisando ouro na cabeceira do Rio Demini, a mais de uma hora de voo.

Diplomatas discutem medidas

CARACAS — O embaixador Luís Felipe Lampreia, subsecretário de Assuntos Políticos Bilaterais, o chefe da divisão de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty, Mário Dias, e o vice-ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Rodolfo Raul Tallardat, estarão reunidos hoje em Caracas para discutir medidas conjuntas que evitem a invasão de território venezuelano por garimpeiros brasileiros provenientes de Roraima. Após o encontro, as comitivas dos dois países viajarão para a fronteira a fim de verificar os estragos já feitos ao meio ambiente pelos garimpos.

No ano passado, tropas militares da Venezuela expulsaram duas vezes cerca de 3.500 garimpeiros brasileiros que ti-

nam ocupado a região do Cerro Chalbou, nas nascentes do Rio Orinoco. Embora seja grande a preocupação com o movimento de garimpeiros na região, com sua transferência para as florestas nacionais de Roraima, os venezuelanos não fizeram o reforço militar na fronteira. Na semana passada, porém, a Venezuela inaugurou um posto de fiscalização e planeja instalar outros.

Ontem em Brasília o ministro da Justiça, Saulo Ramos, enviou mensagem ao bispo de Roraima, dom Aldo Mongiano, respondendo a um telex recebido sexta-feira no qual o bispo afirma que a criação de reservas garimpeiras na Floresta Nacional de Roraima institucionalizaria o genocídio dos índios ia-

nomamis. "Não, meu caríssimo e respeitável sacerdote, não me fale em genocídio por parte do governo, repetindo a fácil acusação formulada pela publicidade internacional, também interessada no mercado do ouro", diz o ministro.

Sobre a crítica do bispo, de que o governo, ao determinar a ocupação da floresta, estaria atropelando as disposições legais, o ministro foi duro: "Quanto à legitimidade jurídica das medidas planejadas, deixe-a comigo, disto entendo eu". Irônico, Saulo Ramos argumentou que a solução encontrada foi pacífica e cristã, que não recua diante das críticas e pede o apoio do bispo. "Talvez eu seja, meu frade, a linha torta", concluiu.